

Museologia

Roteiros Práticos

Educação em Museus

3

EDUCAÇÃO EM MUSEUS



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor Jacques Marcovitch
Vice-reitor Adolpho José Melfi



EDITORA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Presidente Plínio Martins Filho (Pro-tempore)

Comissão Editorial Plínio Martins Filho (Presidente)
José Mindlin
Laura de Mello e Souza
Murillo Marx
Oswaldo Paulo Forattini

Diretora Editorial Silvana Biral
Diretora Comercial Eliana Urabayashi
Diretor Administrativo Renato Calbucci
Editor-assistente João Bandeira

EDUCAÇÃO EM MUSEUS

Título do original inglês: *Managing Museum and Gallery Education*

Copyright © 2001 by Museums & Galleries Comission

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Museums and Galleries Commission

Educação em Museus / Museums and Galleries Commission; tradução de Maria Luiza Pacheco Fernandes. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fundação Vitae, 2001. – (Série Museologia, 3)

Título original: *Managing Museum and Gallery Education*
ISBN 85-314-0646-3

1. Educação – Museus 2. Museologia 3. Museus – Administração 4. Museus e escolas 5. Museus de arte – Aspectos educacionais I. Título.

01-319

CDD-069

Índices para catálogo sistemático:

1. Museologia

069

Direitos em língua portuguesa reservados à

Edusp – Editora da Universidade de São Paulo
Av. Prof. Luciano Gualberto, Travessa J, 374
6º andar – Ed. da Antiga Reitoria – Cidade Universitária
05508-900 – São Paulo – SP – Brasil – Fax (0xx11) 3818-4151
Tel. (0xx11) 3818-4008 / 3818-4150
www.usp.br/edusp – e-mail: edusp@edu.usp.br

Printed in Brazil 2001

Foi feito o depósito legal

SUMÁRIO

Apresentação	9
Introdução	11
Museums & Galleries Commission	13
Agradecimentos	15
COMO GERENCIAR A EDUCAÇÃO EM MUSEUS	17
Políticas e Planejamento	17
Pessoal e Recursos	20
Direção	21
Recomendações	22
ELABORANDO UMA POLÍTICA EDUCACIONAL:	
DOIS ESTUDOS DE CASO	23
Fechando o círculo: Como Envolver Toda a Equipe	23
Dividindo a Tarefa: Pequenos Museus Trabalhando Juntos	24

APRESENTAÇÃO

Tornar disponíveis em língua portuguesa publicações de interesse para a área de museologia, a partir de originais publicados no Reino Unido pela Museums & Galleries Commission (MGC)/(Comissão de Museus e Galerias), constitui um marco em nosso país para o acesso à literatura especializada nessa área do conhecimento. Em vista da carência de publicações sobre o assunto, esperamos que essa iniciativa seja o primeiro passo para que se possa ampliar esse esforço, tão necessário para a formação e a atualização de profissionais.

Temos muito que agradecer à generosidade da Museums & Galleries Commission de possibilitar essa iniciativa, com a integral cessão de direitos autorais para a presente publicação e tiragens subsequentes, consolidando a missão educacional dessa instituição dentro e fora do Reino Unido.

Regina Weinberg

DIRETORA EXECUTIVA/VITAE - APOIO À CULTURA, EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL

INTRODUÇÃO

Esta publicação foi originalmente editada pela Museums & Galleries Commission (MGC), um órgão britânico criado em 1931. A MGC presta consultoria especializada ao governo e aos museus da Grã-Bretanha, com o objetivo de promover o aprimoramento das instituições museológicas e a preservação do patrimônio cultural. Com essa finalidade, a MGC desenvolve processos de discussão visando ao estabelecimento de parâmetros relativos à conservação e preservação dos acervos, às pesquisas e aos programas para visitantes; estimula e ajuda os museus a adotar esses parâmetros, assegurando verbas para tais fins e concedendo fundos para o aperfeiçoamento das suas atividades.

Educação em Museus integra uma série de publicações denominada *Guidelines for a Good Practice (Diretrizes para uma Boa Prática)*, destinada a orientar administradores e profissionais de museus que desejam implantar e desenvolver, em suas instituições, serviços de alta qualidade. Todos os números foram produzidos com a assessoria de especialistas com grande experiência na área museal.

O presente número é destinado aos responsáveis por museus que desejam criar um setor educativo em suas instituições e contém sugestões e orientações para a organização de planos de trabalho e de formulação de políticas educacionais. Sua utilização foi pensada de maneira articulada com a leitura de *Writing a Museum Education Policy (Escrevendo uma Política Educacional para um Museu)*, de autoria de Eileen Hooper-Greenhill, publicado pelo Departamento de Estudos de Museus da Universidade de Leicester em 1991 e reeditado pela MGC em 1996.

A publicação desta versão em português vem propiciar ao universo museal brasileiro – que enfrenta as dificuldades, entre outras, de uma rarefeita bibliografia especializada e da existência de poucos cursos de formação – um instrumento de grande utilidade nas reflexões e articulações necessárias para a implantação de áreas educativas. Pequenas adaptações para nossa realidade cultural foram feitas com o intuito de permitir sua utilização mais eficiente no contexto brasileiro, utilização esta que deverá se processar de forma crítica e não mecânica, obrigatória nesses procedimentos.

A necessidade da implantação de áreas educativas nos museus, que desenvolvam atividades regulares e contínuas e contem com profissionais especializados, tem-se tornado crescente, em âmbito mundial, nas últimas décadas, e no Brasil, mais particularmente nos últimos anos. É um reflexo da consciência de que um caminho para os museus enfrentarem os desafios da vida contemporânea consiste no estabelecimento de novas relações com os públicos, na perspectiva de construção de uma cidadania consciente.

Denise Grinspum

Marcelo Mattos Araujo

DENISE GRINSPUM é educadora de museus, doutora em Educação pela Faculdade de Educação da USP e, desde 1985, coordena a área educativa do Museu Lasar Segall – IPHAN/MinC, São Paulo.

MARCELO MATTOS ARAUJO é museólogo, doutorando pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, professor do Curso de Especialização em Museologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP e, desde 1997, é um dos diretores do Museu Lasar Segall - IPHAN/MinC, São Paulo.

MUSEUMS & GALLERIES COMMISSION

A Museums & Galleries Commission (MGC) foi criada em 1931 e é reconhecida por Royal Charter. Presta serviços de consultoria ao governo sobre assuntos relacionados a museus com o objetivo principal de promover os interesses de museus e acervos e de elevar os padrões dos museus. Em busca desse objetivo a MGC busca proteger os interesses dos museus britânicos:

- Oferecendo consultoria especializada e imparcial ao governo e aos museus, de forma individual e coletiva.
- Desenvolvendo normas relativas a conservação e cuidados com as coleções, bolsas de estudo e atenção aos visitantes e estimulando e ajudando os museus a adotar essas normas e garantir verbas para esses fins.
- Elevando os padrões dos museus por meio de esquemas eficazes de doações e alocação altamente seletiva de verbas.

O presidente e os quinze conselheiros são indicados pelo primeiro-ministro. Atuam de acordo com sua capacidade pessoal e não são remunerados. A pequena equipe profissional da MGC é chefiada pelo diretor que, como diretor de contabilidade, é responsável perante o Parlamento pelas verbas recebidas do Department of National Heritage (Departamento do Patrimônio Histórico Nacional).

AGRADECIMENTOS

A MGC agradece as contribuições dos membros do Grupo Consultivo para a elaboração das presentes diretrizes:

Baronesa Brigstocke (Membro da MCG, Presidente do Grupo Consultivo)

Alison Coles (Coordenador de Tráfego da MCG, Secretário do Grupo Consultivo)

David Anderson (Relatório Nacional sobre Educação em Museus do DNH)

Jenny Costigan (Comitê dos Conselhos Regionais de Museus)

Maurice Davies (Associação de Museus)

Sue Grayson Ford (Associação Nacional para Educação em Museus)

Ian Standing (Associação de Museus Autônomos)

Anne Tynan (Grupo para Educação em Museus)

Sue Wilkinson (Unidade de Educação em Museus do Sudeste)

E outras organizações consultadas.

COMO GERENCIAR EDUCAÇÃO EM MUSEUS

- Todos os museus oferecem oportunidades para aprendizagem e entretenimento. A educação é uma das funções centrais dos museus. O gerenciamento eficaz das atividades educativas em museus poderá aumentar e aprimorar essas oportunidades.
- Os tipos de programas educativos a serem implantados vão depender do tamanho dos museus, dos recursos financeiros, do quadro de pessoal, do tipo de acervo e dos públicos potenciais. No entanto, cada museu deve procurar maximizar a função educativa de seus acervos e atividades. Exposições e documentação de acervos, por exemplo, têm importante potencial educativo. Todos os funcionários podem desempenhar papéis relevantes na atuação educativa dos museus.
- Estas Diretrizes são dirigidas a diretores e responsáveis por museus.

POLÍTICAS E PLANEJAMENTO

Qual é a função educativa de seu museu?

Para fazer o melhor uso de seus recursos, é essencial planejar cuidadosamente o trabalho educativo. É preciso considerar a função educativa de seu museu e como isso pode ser posto em prática. Uma política é uma estrutura útil para a ação.

Há uma política escrita sobre educação? Essa política é revisada com frequência?

É preciso ter uma política¹ educacional escrita que deverá fazer parte integrante de seu plano diretor. Ela também

1. Uma política é uma declaração de princípios endossada pelo Conselho do museu, que orienta o desenvolvimento de um plano de trabalho detalhado.

poderá fazer parte de um documento separado e deverá ser revista regularmente.

Pode-se contar com o apoio de todo o quadro de pessoal? A política é endossada pelo Conselho do Museu?

Recomenda-se fazer uma consulta abrangente e divulgar a política para todo o pessoal². A política deve ser endossada pelo Conselho do Museu³.

A política adota o conceito de educação para todos? A política identifica públicos-alvos?

Os museus têm potencial para oferecer oportunidades educacionais para pessoas de todas as idades, formações, habilidades, classes sociais e etnias. No entanto, será necessário decidir qual(ais) público(s)-alvo(s) se deseja atingir a curto-prazo⁴.

2. “Pessoal” inclui todas as pessoas que trabalham regularmente para um museu, ou para organizações que apóiam, orientam ou prestam serviços a museus, sejam remuneradas ou não, em tempo integral ou parcial e que tenham ou não um contrato formal de trabalho (adaptado da definição da Associação Britânica de Museus).

(No Brasil, o termo “pessoal de museu”, habitualmente, abrange todas as pessoas que trabalham regularmente para um museu, remuneradas ou voluntárias, que tenham ou não um contrato formal de trabalho, em tempo integral ou parcial –*N. da Revisão Técnica.*)

3. “Conselho” é a mais alta instância de um museu, composta por um grupo de indivíduos, sobre o qual recai a responsabilidade final pelas políticas e pelas decisões relativas à direção máxima da instituição (adaptado da definição da Associação Britânica de Museus).

4. Um especialista em educação de museus deve saber como as pessoas aprendem a partir dos objetos, ter boa capacidade de comunicação e experiência prática. Em geral possui formação na área de educação e, talvez, também uma qualificação em Estudos de Museus.

(No Brasil, idealmente, o educador de museus deve conhecer os processos de ensino e aprendizagem, as teorias de educação, comunicação e

As necessidades e expectativas dos públicos-alvos são conhecidas?

Antes de escrever a política, é importante saber quais são as necessidades específicas dos públicos-alvos. A política deverá incluir o compromisso com consultas constantes em relação às demandas do público.

Há intenção de se fazer articulações com outras instituições?

Poderá ser muito frutífero estabelecer articulações com outras instituições para desenvolver e oferecer projetos educativos.

A política abrange todas as atividades do museu?

Deve-se analisar cuidadosamente todas as atividades do museu para se compreender como elas podem contribuir para o papel educacional da instituição.

Há um plano de trabalho por escrito, com objetivos de curto e longo prazos para a área de educação?

Deve ser decidido o que se pode fazer a curto prazo e o que precisa ser planejado a longo prazo. Isso será útil para converter a política em um plano de trabalho que deverá especificar metas, cronograma e recursos necessários.

Há condições de se oferecer o que foi planejado com qualidade? Há uma previsão de acompanhamento das atividades educativas?

É importante ser realista ao planejar programas educativos. Os objetivos da política e do plano de trabalho devem estar em consonância com teorias e conceitos sobre educação e com outros conhecimentos. É preciso verificar regularmente

museologia. Sua formação deverá também, idealmente, ser multidisciplinar, abrangendo a área de conhecimento relativa à natureza do acervo do museu, educação e museologia. *N. da Revisão Técnica.*)

se o plano de trabalho está sendo cumprido e avaliar a qualidade das atividades desenvolvidas.

Há divulgação eficiente das atividades educativas?

Uma parte importante do planejamento educacional é decidir como informar os públicos-alvos sobre as atividades oferecidas.

**PESSOAL E
RECURSOS**

Há alocação suficiente de recursos para a educação?

O tempo, o esforço e os recursos alocados indicarão o nível de comprometimento do museu com a educação como objetivo prioritário.

Há o maior envolvimento possível de todos os funcionários nos programas educativos?

Todos os funcionários podem desempenhar uma função educativa de uma forma ou de outra. Para tanto, será necessário que todos saibam quais são suas responsabilidades na implementação da política e do planejamento educacional.

O responsável pela área educativa faz parte da instância diretiva do museu? Este cargo é ocupado por um especialista em educação em museus?

A responsabilidade pela criação, implementação e avaliação da política e do plano de trabalho deverá ser atribuída a um profissional integrante da instância diretiva do museu. Ele(a) deverá ocupar uma posição que inclua responsabilidade pelo cumprimento dos objetivos primordiais do museu e, idealmente, deverá ser um(a) especialista em educação em museus.

Quando isso não é possível, procura-se consultoria e treinamento?

Uma pessoa sem formação específica que assuma responsabilidade pela área educativa deverá receber treinamento e contar com consultoria profissional para exercer adequadamente sua função.

O responsável pela área educativa é consultado sobre os problemas do museu e participa deles?

A contribuição do responsável pela área educativa é necessária em todas as atividades do museu.

Considera-se a possibilidade de contar com a contribuição de diferentes pessoas no desenvolvimento de atividades educativas? Há capacitação, supervisão e apoio à equipe que trabalha na área educativa?

As atividades educativas podem ser desenvolvidas por várias pessoas. Podem ser funcionários do museu ou pessoas de fora (como artistas, professores aposentados e especialistas independentes). Diferentes atividades exigem diferentes níveis e tipos de especialização. Deve-se avaliar que tipo de capacitação, assessoria ou quais outros serviços de apoio serão necessários.

DIREÇÃO

O Conselho reconhece e apóia a função educativa do museu?

Todos os membros do Conselho devem compreender o papel educativo do museu e suas responsabilidades ao apoiá-lo.

RECOMENDAÇÕES Recomenda-se que todos os museus:

- Reconheçam sua função educativa como fundamental.
- Apóiem programas educativos voltados para todos.
- Tenham uma política escrita sobre educação, que seja endossada pelo Conselho e seja parte integrante do plano diretor.
- Tenham um plano de trabalho por escrito com objetivos de curto e longo prazos.
- Deleguem a responsabilidade pelos programas educativos a um profissional que participe da instância diretiva e que, idealmente, seja um especialista em educação em museus.
- Garantam que o pessoal receba treinamento, assessoria e outros tipos de apoio para que possam cumprir suas responsabilidades educacionais.
- Garantam que o Conselho apóie o papel educacional da instituição.

ELABORANDO UMA POLÍTICA EDUCACIONAL: DOIS ESTUDOS DE CASO

FECHANDO O PAULINE THOMAS, Wolverhampton Art Gallery

CÍRCULO:

COMO ENVOLVER Redigir uma política educacional parece uma tarefa

TODA A EQUIPE assustadora e exige “espaço para pensar”, que é uma mercadoria em falta em nossos trabalhos! Fica-se tentado a pensar: “De que adianta uma política, afinal? É apenas mais um pedaço de papel”. Admito que essa foi minha primeira reação quando comecei a considerar a redação de uma política educacional. A segunda foi acreditar que teria que me trancar no escritório por alguns dias e fazer o trabalho, sem incomodar o restante do pessoal.

Mas percebi, rapidamente, que isso significaria perder uma excelente oportunidade de envolver todo o pessoal na discussão do papel educacional do museu, analisando e reavaliando os caminhos a serem seguidos.

Meu primeiro passo foi mudar o título do futuro documento. Em geral a palavra “educação” faz com que as pessoas deixem tudo nas mãos de quem tem essa responsabilidade específica. Queria que todos os que trabalhavam no museu se interessassem pela educação. Preparei então um documento – simplesmente uma série de pensamentos e idéias – para ser discutido com os colegas e grupos de usuários. Isso ajudou a levar o processo adiante, oferecendo às pessoas um ponto de partida para as discussões. As consultas sobre os projetos que se sucederam mantiveram o entusiasmo elevado. Essa forma de trabalho deu origem a uma grande quantidade de debates acalorados!

Dessa forma, meu papel passou de autora da política para coordenadora da política. Todos se sentiam um pouco donos da política final (essencial no caso de a política ser usada e

não simplesmente jogada numa gaveta e esquecida). O processo de criação da política passou a ser algo extremamente valioso e não algo que apenas precisava ser feito.

Como resultado do desenvolvimento da política, a educação adquiriu mais importância no museu, foi possível identificar uma maneira clara de ir adiante e os públicos-alvos ficaram cientes de que nos preocupamos com suas necessidades e expectativas. Mas o maior benefício foi a sensação de que a educação está viva, é dinâmica e importante, e que é responsabilidade de toda a equipe e não apenas minha!

**DIVIDINDO A
TAREFA:
PEQUENOS
MUSEUS
TRABALHANDO
JUNTOS**

SUE WILKINSON, South Eastern Museums Education Unit

Em 1993, os curadores de quatro museus¹ de Londres começaram a trabalhar juntos para desenvolver políticas educacionais usando a publicação *Escrevendo uma Política Educacional para o Museu*, de Eilean Hooper-Greenhill. Nenhum dos museus tinha especialistas em educação e eu participei como consultora.

Os curadores haviam tido cinco reuniões conjuntas durante um ano. Além disso, visitei todos os museus e ofereci assistência individual por telefone. As reuniões eram formais, presididas por mim, e as responsabilidades eram definidas para que todos soubessem claramente o que deveriam fazer

1. O Museum of Fulham Palace (Museu do Palácio de Fulham), o Ragged School Museum (Museu da Escola Ragged), o Black Cultural Archives (Arquivos da Cultura Negra) e a Wesley's Chapel and House (Capela e Casa de Wesley), que incorpora o Museum of Methodism (Museu do Metodismo).

até a próxima reunião. Isso ajudou a garantir que o trabalho de elaboração da política não ficasse perdido entre as tarefas rotineiras no museu.

Após uma reunião inicial, duas reuniões foram dedicadas a planejar e discutir o que os curadores deveriam saber antes de começar a redigir a política². Outras duas foram dedicadas a discussões de pré-projetos para a definição de uma política e questões específicas, tais como avaliação. Todos os curadores acharam imprescindível a assessoria de um especialista em educação que os ajudasse a tomar decisões fundamentadas.

Todos os museus agora têm uma política que foi aceita pelo Conselho de cada museu. Como resultado, em todas as instituições a forma como a educação é compreendida e como as atividades educativas são desenvolvidas mudou. Todos assinalaram que a política educacional acabou sendo um documento muito mais abrangente do que haviam imaginado. Um museu decidiu que precisava de um especialista em educação para levar o museu adiante e atrair novos visitantes. Todos têm mais certeza do que estão tentando conseguir para os próximos anos e das etapas que precisam executar.

Os curadores descobriram que trabalhar juntos na elaboração das políticas foi muito útil. Para trabalhar dessa forma, é preciso ter um organizador que programe e presida as reuniões, gere relatórios e faça com que todos respeitem seus

2. O grupo analisou a situação atual e potencial de seus museus nas seguintes áreas: papel e função da educação no museu, público, atividades, redes externas de parcerias, recursos, treinamento e avaliação.

prazos. Deve ser alguém que já tenha redigido uma política educacional. Será necessário também um especialista em educação em museu para assessorar o grupo, que seja um consultor ou um funcionário de outro museu. Finalmente – como é necessário para o desenvolvimento de qualquer política – é preciso tempo suficiente para discutir e pensar, e o comprometimento de todo o quadro funcional.

<i>Título</i>	<i>Educação em Museus</i>
<i>Autor</i>	MGC
<i>Tradução</i>	Maria Luiza Pacheco Fernandes
<i>Produção</i>	Marcelo Masuchi Neto
<i>Projeto Gráfico</i>	Marcelo Masuchi Neto
<i>Capa</i>	BC & H Design
<i>Editoração Eletrônica</i>	Marcelo Masuchi Neto
<i>Revisão Técnica</i>	Denise Grinspum Marcelo Mattos Araujo
<i>Editoração de Texto</i>	Alice Kyoko Miyashiro
<i>Revisão de Texto</i>	Claudia Agnelli
<i>Revisão de Provas</i>	Claudia Agnelli Tania Mano Maeta Juliana Simionato
<i>Divulgação</i>	Regina Brandão Évia Yasumaru Guilherme Maffei Leão
<i>Secretaria Editorial</i>	Eliane Reimberg
<i>Formato</i>	19,5 x 26,8 cm
<i>Mancha</i>	9 x 19,3 cm
<i>Tipologia</i>	Aldine 401 BT 10/17
<i>Papel</i>	Cartão Supremo 250 g/m ² (capa) Offset Pigmentado 90 g/m ² (miolo)
<i>Número de Páginas</i>	32
<i>Tiragem</i>	3000
<i>Lasefilme</i>	Edusp
<i>Fotolitos</i>	Binhos Fotolito
<i>Impressão e Acabamento</i>	Lis Gráfica

A Edusp é afiliada à

ABDR
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DIREITOS REPROGRÁFICOS

CÓPIA NÃO AUTORIZADA É CRIME